

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

A terceira edição do ano de 2017, da Revista Direitos Culturais (ISSN 2177-1499 – eletrônico, ISSN 1980-7805 - impresso), estrato Qualis CAPES B1 é organizada e publicada pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de Santo Ângelo/RS. O periódico conta com a participação de autores de instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras, abordando temas atuais e relacionados às linhas de pesquisa “Direito e Multiculturalismo” e “Políticas de Cidadania e Resolução de Conflitos”.

Nessa nova edição, os pesquisadores autores, avaliadores e leitores, ávidos por informação e conhecimento, encontrarão textos pontuais e elucidativos sobre variados temas e perspectivas. O primeiro texto da revista, intitulado “*Regard croisé entre les droits de l’homme et le droit de l’environnement dans une perspective ‘eco-anthropo-centrique’*”, de Lise Tupiassu e Jean-Raphaël Gros-Désormaux, trata do cruzamento entre direitos humanos e direito ambiental. No artigo intitulado “Tempo e Constituição: o risco como horizonte de observação jurídica na sociedade policontextual”, de autoria dos professores Paulo Roberto Ramos Alves e Fabiola Wust Zibetti, se pode observar as possibilidades construtivas para o direito com base na assimilação constitucional do risco como elemento de complexificação jurídica. O terceiro texto, de autoria de Marcyo Keveny de Lima Freitas e Patrícia Borba Vilar Guimarães, analisa o Tombamento enquanto instrumento de efetivação e proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico nacional, refletindo sobre a postura do Estado frente aos conflitos de interesses que estão em jogo. A seguir, Vivian Kelly Galvão disserta sobre “A criação da nacionalidade no sistema interamericano”, buscando demonstrar o papel inovador e a influência humanista que o direito americano exerceu e continua exercendo para o direito internacional, principalmente sob a perspectiva da democratização e em especial à regulamentação da nacionalidade. O quinto texto, intitulado “Do analógico ao digital: um olhar sobre o direito à informação na sociedade em rede a partir da transição tecnológica da TV brasileira”, de Bruno Mello Correa de Barros e Rafael Santos de Oliveira, os autores realizam uma reflexão acerca do cenário de transição do sistema analógico de televisão aberta, livre e gratuita para o sistema digital, sob o viés do direito à informação no Brasil. A seguir, Afonso Soares Oliveira Sobrinho e Clarindo Ferreira Araujo Filho tratam “Dos meios alternativos de solução dos conflitos na sociedade da informação com vistas a uma ordem jurídica justa”, numa abordagem que contrapõe a tradição judicial aos novos paradigmas da sociedade globalizada que privilegia formas extrajudiciais de composição de conflitos, contextualizada em um mundo de crise e insatisfação social com o Direito e o repensar de novas formas de acesso à justiça que permitam uma ordem jurídica justa. O sétimo artigo, sobre “Direitos Humanos e Soberania: estudos críticos sobre o papel do direito no cenário político atual”, dos pesquisadores Daniel Carneiro Leão, João Paulo Allain Teixeira e Fernando Da Silva Cardoso, indaga acerca do papel contraditório do direito no cenário político atual, com base em estudos da teoria crítica do direito e da filosofia política, propondo delimitar os contornos filosófico-políticos para a investigação dos direitos humanos e seus

paradoxos, ao relocar a problemática da realização desses direitos e sua importância para a política e a manutenção da ordem social. Como oitavo artigo, intitulado “Desjudicialização no sistema judicial brasileiro: reflexões sobre a mitigação do paradigma do monopólio da jurisdição”, de Fabiano Colusso Ribeiro, Levi Hülse e Sandra Krieger Gonçalves, tem-se uma análise sobre os efeitos que a desjudicialização traz ao ordenamento atual, promovendo meios alternativos para resolução dos conflitos. Por fim, em “Revisitando Marx: uma narrativa crítica da forma do estado capitalista desde de Joachim Hirsch”, os autores Cicero Krupp da Luz e Eduardo Henrique Lopes Figueiredo nos convidam a refletir sobre como o Estado capitalista se alicerça nas relações de classe, demonstrando que a análise histórica, social e política do Estado correlacionam o aprofundamento da expansão do mecanismo de coerção que assegura a apreensão do trabalho, a acumulação capitalista e a assimilação das crises estruturais do capital.

Agradável e proveitosa leitura!

Os editores.